

Governo garante que ajuste virá na exportação

Kandir e Mendonça de Barros descartam a hipótese de conter importações e anunciam mudanças no financiamento a vendas externas

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

Dois integrantes do comando da equipe econômica, o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, e o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, passaram a manhã de ontem empenhados em provar ao mercado que a situação das contas externas está sob controle. Por enquanto, garantiram, não há justificativa para qualquer ofensiva de contenção das importações, com base em nova "freada" na atividade econômica.

Kandir e Mendonça de Barros insistiram na tese de que a saída é reforçar as exportações. E, para isso, o governo estuda alguns ajustes nos esquemas de financiamento para o setor, principalmente via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Capital de risco já financia quase 40% do déficit em conta corrente

As respostas do governo à gradativa deterioração das contas externas ocuparam a cena no primeiro dia do debate sobre investimentos estrangeiros no Brasil, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empre-

sas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet). "Não há a menor necessidade de qualquer inflexão da política econômica", afirmou enfaticamente Kandir. "O governo tem à sua disposição o instrumento da política monetária e pode recorrer a ele, se for necessário", disse Mendonça de Barros. "Mas, no momento, não estamos vendo essa necessidade, porque tudo indica que sob o ponto de vista da atividade econômica este final de ano será tranquilo, sem excessos." A previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é de 3%, frente a uma expectativa de 2,5%, em meados do ano.

Kandir e Mendonça de Barros evitaram respostas diretas aos comentários do ex-presidente do Banco Central Péricio Arida, sobre a necessidade de um eventual controle da demanda para evitar o agravamento do quadro externo. Mas procuraram demonstrar que, dentro do governo, não há "ansiedade" com relação à capacidade de financiamento do déficit em conta corrente esperado para este ano. O próprio Mendonça de Barros, em entrevista a este jornal publicada há duas semanas, alertava que o processo de estabilização não é linear e que a economia ainda enfrentaria alguns "sacolejos".

O diagnóstico da equipe econômica é que o efeito das providências já adotadas para acelerar as exportações – como a nova Lei Comple-



José Roberto Mendonça de Barros



Antonio Kandir

mentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – ainda não apareceu nos resultados da balança comercial. A projeção inicial, de um crescimento de 7% nas exportações, foi substituída por outra bem mais modesta, da ordem de 4,5%. Mendonça de Barros lembra, porém, que o setor privado sempre acaba respondendo efetivamente a políticas claras – e é isso que deve acontecer em breve com as exportações. O exemplo mais gritante, nessa direção, foi o "timing" da queda da inflação. Na sua avaliação, esse movimento resultou do ajuste surpreendentemente rápido do chamado lado real da economia, "do pasteleiro da feira ao mais sofisticado agente econômico".

O ministro do Planejamento reconhece, contudo, a existência de pro-

blemas no "desenho" da linha de financiamento aos setores exportadores de manufaturados, na forma de operação das linhas da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e da carteira específica para exportações de bens de capital (Finamex) – e a necessidade de eliminá-los, para que as exportações finalmente comecem a reagir. Por isso, estão em discussão algumas medidas práticas, como a ampliação dos prazos de operação do Finamex, a redução das taxas de comissão dos agentes financeiros e o aumento de garantias aos bancos privados, no episódio dos recursos, para reduzir os riscos das operações.

Tanto Kandir como Mendonça de Barros declararam-se tranquilos quanto às condições de financiamento do déficit em transações correntes. Es-

pecialmente porque uma parcela bem significativa desse déficit – algo como 40% – deve ser coberta por capital de risco e não por capital financeiro, de curto prazo. Segundo o Banco Central, em outubro, os investimentos diretos no Brasil chegaram a US\$ 785 milhões, mais do que o dobro do volume registrado em setembro. Em dez meses, somaram US\$ 6,5 bilhões, correspondendo a mais de 35% do déficit no período. Em 1995, a entrada de capital de risco (US\$ 3,9 bilhões) coubiu apenas 22,1% do déficit.

Kandir ressalta que a entrada de capital estrangeiro tem um papel duplamente positivo sob o aspecto de transações correntes. A curto prazo, porque ajuda a financiar o déficit, a exemplo do que está ocorrendo neste ano. A médio e longo prazo, porque reverte em maior volume de exportações e menor necessidade de importações e, com isso, reduz o próprio déficit.

Na opinião do ministro do Planejamento, não há perigo de que o nervosismo do mercado com os sucessivos déficits na balança comercial contamine e afaste os investidores externos. "Há investidores e investidores", justificou o ministro. Em outras palavras, quem se instala no mercado para ficar não se impressiona com o resultado específico de um ou outro mês, mas com o círculo do Brasil pós-Real. Ele enumera, nessa

linha, pelo menos três grandes atrações da economia brasileira. Em primeiro lugar, a base social mais sólida criada pela estabilidade da economia: estudos recentes do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) mostram que, com o Real, 13 milhões de brasileiros atravessaram a linha da pobreza. Em segundo, o grau de governabilidade e previsibilidade política assegurado pela estabilidade democrática. E, por último, a ampliação do mercado, não só pela própria estabilização como também pela integração efetiva do Brasil no Mercosul.

Ex-secretário de Política Econômica diz que o governo tem um bom plano de vôo e deve manter a rota

O ex-secretário de Política Econômica Winston Fritsch, hoje na presidência do Banco Kleinwort Benson, também rechaça qualquer guinada na política econômica, em decorrência do desempenho da balança comercial. O limite da prudência é manter o déficit em conta corrente na faixa de 2% a 3% do PIB. "O governo tem um plano de vôo, um bom piloto e o radar ainda não indica a aproximação de nenhuma turbulência capaz de alterar a rota."